A reconfiguração do Ensino Médio sob o neoliberalismo no Brasil

Karina BRANDÃO DIAS DE LIMA
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Eixo 01 – Fundamentos teóricos da educação
Agência financiadora: CNPq
karina.brandao@unesp.br

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Neoliberalismo. Trabalho do professor.

Resumo

A presente pesquisa pretende analisar a reforma do Ensino Médio brasileiro, instituída pela Lei nº 13.415/2017, como expressão da racionalidade neoliberal aplicada à educação. O estudo argumenta que o chamado Novo Ensino Médio promoveu profundas transformações curriculares, especialmente por meio dos Itinerários Formativos, da ampliação do ensino técnico-profissionalizante e da valorização de competências socioemocionais e do empreendedorismo. Essas mudanças ocorreram em um contexto de reformas neoliberais no Brasil. A partir das ideias sobre a influência do neoliberalismo na educação de Zamora e Laval e da teoria da educação de Saviani, a pesquisa destaca a forte influência de fundações empresariais, organizações internacionais e instituições privadas na formulação da política educacional, sobretudo na elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo Paulista, reduzindo o espaço destinado ao conhecimento científico, filosófico e histórico, priorizando competências flexíveis voltadas às demandas do mercado de trabalho contemporâneo. O texto também problematiza a ideia de "liberdade de escolha" dos estudantes, apontando limitações estruturais das escolas públicas e desigualdades na oferta dos Itinerários Formativos. Além disso, também discute-se os impactos da reforma sobre o trabalho docente, argumentando que o professor deixa de atuar como mediador do conhecimento para assumir funções ligadas ao desenvolvimento de habilidades adaptativas e produtivas. Por fim, o artigo conclui que o Novo Ensino Médio representa uma reconfiguração da educação pública alinhada aos interesses do capital e à lógica neoliberal, contribuindo para o

enfraquecimento da formação crítica e para a ampliação das desigualdades educacionais.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Neoliberalismo. Trabalho do professor.

1. Introdução

A reforma do Ensino Médio brasileiro, instituída pela Lei nº 13.415/2017 durante o governo Michel Temer, representa uma das mais profundas alterações na educação básica desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Apresentada sob o discurso da modernização do ensino, da flexibilização curricular e do aumento do protagonismo juvenil, a reforma introduziu mudanças estruturais na organização curricular, na carga horária e nas finalidades atribuídas à escola pública. Entre essas mudanças, destacam-se a implementação dos Itinerários Formativos, a ampliação do ensino técnico-profissionalizante e a reorganização da Formação Geral Básica, reduzindo o espaço destinado às disciplinas tradicionais e ampliando conteúdos voltados às chamadas competências socioemocionais e ao empreendedorismo.

A elaboração e implementação do chamado Novo Ensino Médio ocorreram em um contexto político e econômico marcado pelo avanço de políticas neoliberais no Brasil, evidenciado não apenas pela reforma educacional, mas também pela reforma trabalhista e pela Emenda Constitucional do Teto de Gastos, ambas aprovadas em 2017. Nesse cenário, observa-se a crescente participação do setor privado na formulação de políticas públicas educacionais, especialmente por meio de fundações empresariais e institutos vinculados ao capital financeiro, os quais passaram a exercer influência direta sobre a definição curricular e os objetivos da educação escolar.

A partir de autores como Christian Laval, Dermeval Saviani e José Luis Zamora, este estudo propõe uma análise crítica do Novo Ensino Médio enquanto expressão da racionalidade neoliberal aplicada à educação. Busca-se compreender de que maneira a centralidade atribuída ao empreendedorismo, à flexibilização curricular e às competências socioemocionais contribui para a formação de sujeitos adaptáveis às exigências do capital, ao mesmo tempo em que enfraquece o acesso dos estudantes ao conhecimento científico, filosófico e histórico.

Este artigo parte da hipótese de que o Novo Ensino Médio, particularmente em sua implementação no estado de São Paulo por meio do Currículo Paulista, materializa uma concepção de educação alinhada às demandas do mercado de trabalho contemporâneo e às diretrizes de organismos econômicos internacionais,

como o Fórum Econômico Mundial e o Banco Mundial. Dessa forma, a educação escolar deixa progressivamente de priorizar a transmissão do conhecimento sistematizado e a formação crítica dos estudantes para assumir uma função voltada ao desenvolvimento de competências flexíveis exigidas pelo capitalismo contemporâneo, especialmente aquelas relacionadas às chamadas soft skills.

Além das transformações curriculares, esta pesquisa busca compreender os impactos dessa reorganização educacional sobre o trabalho docente. Argumenta-se que o professor deixa de ocupar centralmente a posição de mediador do conhecimento historicamente acumulado para assumir funções associadas à formação de competências adaptativas, comportamentais e produtivas. Nesse processo, o trabalho pedagógico passa a ser subordinado às demandas do setor privado, contribuindo para a descaracterização da função social da escola e da própria profissão docente.

2. Desenvolvimento

2.1 O Currículo Paulista

Em 2017, o Brasil passou por sérias reformas em sua legislação. Após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o então presidente Michel Temer tratou de passar duas reformas: reforma trabalhista (julho de 2017) e reforma do Ensino Médio (fevereiro de 2017), além de estabelecer o Teto de Gastos por vinte anos.

Para o planejamento da implementação e desenvolvimento do ensino médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), educação técnica e profissional, e o ensino de tempo integral, foi formada uma equipe técnica responsável por oferecer às secretarias estaduais a elaboração desta reforma. Esta equipe técnica foi montada por empresas privadas, sendo elas: Instituto Unibanco e Itaú BBA, Oi Futuro, Instituto Natura, Movimento pela Base, Instituto Inspirare, Instituto Sonho Grande, Instituto Reúna e Fundação Telefônica Vivo. Estes grupos foram responsáveis pela organização do Novo Ensino Médio, sob a premissa de tornar o ensino mais atrativo, com menos defasagem e com mais liberdade aos alunos, além de estabelecerem de que forma a BNCC passaria a ser utilizada e quais seriam os Itinerários Formativos e Ensinos Técnicos. Em nenhum momento educadores e professores foram consultados sobre o Novo Ensino Médio (Silva e Boutin, 2018), tornando-se meros espectadores da reforma que se organizava.

Na primeira versão da lei, em 2017, ficava estipulado a carga horária mínima de 800h anuais para o ensino médio, o que deveria aumentar progressivamente até o último ano, de forma que alcançasse 1.400 horas anuais. No ensino médio inteiro, os

alunos teriam 3.000 horas de aulas, sendo que somente 1.800 (60%) seriam dedicadas aos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular – um corte de 25% de horas dedicadas à BNCC em relação ao ensino médio anterior, que era de 2.400 horas. Para cumprir com as 3.000 horas, passava a ser permitido ultrapassar os três anos estabelecidos para o ensino médio, podendo chegar até cinco anos de curso. A BNCC continuava valendo, porém com algumas alterações, uma vez que as únicas matérias obrigatórias em todos os anos seriam português e matemática, as outras matérias seriam distribuídas entre os Itinerários Formativos e dadas por interdisciplinaridade.

Sob pressão popular e sob autonomia dos estados, o estado de São Paulo alterou a carga horária do ensino médio algumas vezes ao longo dos anos de forma que a carga horário se constitua da seguinte maneira, de acordo com a Resolução nº 84, de 31 de outubro de 2024 para o ano de 2025:

Primeiro ano do ensino médio: 933 horas de Formação Geral Básica e 67 horas de Itinerários Formativos;

Segundo ano do ensino médio: 900 horas de Formação Geral Básica e 100 horas de Itinerários Formativos;

Terceiro ano do ensino médio: 567 horas de Formação Geral Básica e 433 horas de Itinerários Formativos.

É importante ressaltar deste esquema que quase 45% das horas no último ano, aquele em que os alunos mais deveriam estar sendo preparados para o vestibular e ingresso no ensino superior, é dedicado aos Itinerários Formativos. Progressivamente, o estado de São Paulo tira os conteúdos da BNCC e insere os Itinerários Formativos.

Pelo Currículo Paulista, os Itinerários Formativos são divididos em grandes áreas: a. Área de Linguagens e suas Tecnologias, b. Área de Matemática e suas Tecnologias, c. Área de Ciências Naturais e suas Tecnologias, e d. Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Todos os Itinerários contam com a integração de investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção cultural, e empreendedorismo. O que todas têm em comum acordo é a divisão da Formação Geral Básica. Todos os alunos têm, por exemplo, arte apenas no primeiro ano, e inglês no segundo e terceiro anos. A alteração entre cada área se dá, realmente, pelas matérias ofertadas pelos Itinerários formativos que os acompanharão até o último ano do ensino médio.

Os Itinerários Formativos, de acordo com a Lei 13.415/17, são definidos “conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino” (BRASIL, 2017). Por este motivo, no Currículo Paulista nos é dito que todos os Itinerários Formativos precisam considerar os gostos e interesses dos alunos como

forma de aproximá-lo do ensino. Além disso, não são todas as escolas que oferecem todos os Itinerários Formativos, levando alguns estudantes a se matricularem em escolas distantes de suas casas para poderem estudar o IF que mais se adequa ao seu interesse profissional, sempre de acordo com a quantidade de vagas.

Como já mencionado, as reuniões feitas sobre a lei 13.415 durante o governo Temer com o objetivo de implementação do NEM foram feitas com a ausência de profissionais da educação, mas contaram com a presença de algumas empresas e instituições privadas. É importante trazer esta informação para que compreendamos a maneira como este novo sistema de ensino trabalha diretamente para o setor privado. Este movimento não é único ao Brasil, mas países da Europa e América do Norte também passam pelo mesmo processo, em que o currículo educacional destes países têm se adaptado ao mercado de trabalho e às agendas neoliberais. Zamora (2018) nos traz que a Agenda de Lisboa de 2000 já falava sobre uma meta em “converter a Europa no âmbito econômico embasado no conhecimento mais competitivo do mundo”, assim como Laval (2019) coloca uma citação da Comissão Europeia em que “trata-se de fazer da Europa ‘a economia do conhecimento mais competitiva e mais dinâmica do mundo’” (p. 72).

Quando foi implementado, um dos objetivos do Novo Ensino Médio era que esta etapa educacional fosse mais atrativa para os alunos e que algumas das competências que seriam exigidas dos alunos no mercado de trabalho fossem-lhes ensinadas: “O Ensino Médio deve atender às demandas da contemporaneidade e aos anseios do estudante, fortalecendo seu interesse, engajamento e protagonismo, para assegurar as aprendizagens na formação geral básica e nos itinerários formativos” (Currículo Paulista, p. 196, 2020). O Novo Ensino Médio se torna uma mistura de Escola Nova, cedendo aos interesses e vontades da nova geração, ao passo que trabalha com a Pedagogia das Competências, pensando nos soft skills exigidos pelo mercado de trabalho neoliberal e colocando matérias como Empreendedorismo e Mídias digitais e sociais no Itinerário Formativo.

O que é extremamente importante de ressaltar é que a escola não é responsável por absolutamente nenhuma dessas duas ideias. Não é obrigação da escola ensinar ao aluno o que ele quer aprender, tampouco é a escola quem deve ensinar aos alunos competências como liderança, oratória e inteligência emocional. Inclusive, quando o Currículo Paulista coloca que

A elaboração de itinerários formativos orienta que se leve em consideração a região na qual esse jovem está inserido e as culturas locais presentes em seu cotidiano, de modo a desenvolver no estudante a compreensão do lugar que ocupa no mundo, para que tenha possibilidades de agir, criar, ressignificar, propor alternativas e

mudanças para questões e problemas de contextos local e global. (Currículo Paulista, 2020, p. 199)

É importante lembrarmos que considerar o contexto social e cultural do aluno não é ceder ao que ele deseja, mas, sim respeitar sua variação linguística, cultura e conhecimentos informais prévios. Ao ensinar o que o aluno deseja aprender em detrimento de um saber sistematizado, a escola passa a excluir a possibilidade de um reconhecimento de si frente ao mundo, o entendimento de si enquanto cidadão, de suas origens, passado, presente e possibilidades de futuro a partir daquilo que já aconteceu e já foi feito. Este sistema ignora completamente que a educação formal tem uma estrutura, sistema, planejamento, com o objetivo de, sim, alcançar o ensino superior, mas muito mais do que isso, como mencionado, de entender-se enquanto indivíduo subjetivo situado em um espaço-tempo específico influenciado por ações anteriores e, até então, completamente independentes dele.

De acordo com Whyte Jr. (1959, p. 107 apud Laval, 2019, p. 282), a educação deve propiciar o "arcabouço intelectual das disciplinas fundamentais" e que o indivíduo "não precisa de um sistema de educação 'concebido para o homem moderno'" (ibid). Isso nos mostra que a escola é um ambiente para se apreender aquilo que fora dela não é possível, conhecimento sistematizado e acumulado pela humanidade, tal qual apontado por Saviani (2013, p. 13).

Utilizamos anteriormente a expressão "presença do setor privado" ao invés de "presença do neoliberalismo" ou "influência do neoliberalismo", pois Zamora argumenta que o movimento que temos visto de uma educação cada vez mais focada no capital humano não é inédito ao neoliberalismo, mas que observamos isso desde a Guerra Fria e fordismo. À época, era de interesse que se formassem pessoas capazes de operar as máquinas e participar da linha de produção. O que ocorre atualmente é que esta força de trabalho foi substituída pelas tecnologias, e o que se torna necessário são "atividades que exigem comportamento que não são reproduzíveis tecnologicamente, isto é, que exigem criatividade, sociabilidade, afetividade, etc." (Zamora, 2018, tradução nossa) os chamados soft skills.

Zamora define soft skills como: motivação, resistência e capacidade de rendimento, disposição a relações, criatividade, capacidade de inovação, pensamento e comportamento empresarial, inteligência holística (integrada), aptitude ao aprendizado, capacidade de crítica e comunicação, autorreflexão, habilidade para solução de conflitos, capacidade de cooperação e trabalho em equipe, sensibilidade social, abertura, pensamento analítico, pensamento sistematizador, imaginação, gestão de tempo, capacidades organizativas, etc.

Estas competências, porém, são flexíveis e mudadas a todo momento e cada vez mais rápido, gerando uma necessidade à escola que é impossível de ser acompanhada, mas a qual a escola precisa se adaptar.

Pela resolução da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo número 84, de 31 de outubro de 2024, estas são as matérias ofertadas nos Itinerários Formativos em 2025: Projeto de Vida, Inglês, Orientação de Matemática, Orientação de Língua Portuguesa, Empreendedorismo, Programação, Biotecnologia, Química Aplicada, Arte e Mídias Digitais, Liderança, Oratória, Geopolítica, Filosofia e Sociedade Moderna, Robótica, Esporte - Música - Arte, Práticas Experimentais.

Algumas informações são necessárias de serem feitas. A primeira delas é o inglês como parte integrante de um Itinerário Formativo. Aulas de inglês duas vezes na semana são essenciais para todos os estudantes, visto que é matéria obrigatória no vestibular. A ausência desta matéria gera uma perda de conhecimento significativa para os alunos que não fizerem parte deste Itinerário.

Nos parece um pouco estranho que esporte, música e arte estejam todas na mesma matéria. Um único professor não nos parece ter a formação necessária para tratar de três tópicos que são diferentes entre si.

Não é especificado no Currículo Paulista o que seriam Práticas experimentais.

Um dos maiores problemas ao nosso ver é como o professor irá montar o conteúdo programático de Empreendedorismo, Programação, Arte e Mídias Digitais, Liderança, Oratória, Robótica e Práticas Experimentais apenas com o que tem descrito no Currículo Paulista. Os professores possuem algumas aulas pré-prontas no sistema do estado, mas, ao final destas aulas, devem montar suas próprias aulas até o final do semestre. Alunos com diferentes professores e de diferentes escolas terão conteúdos e aulas diferentes? O professor é capacitado para dar essas aulas? E mais do que isso: o professor deve dar estas aulas? É este o seu trabalho?

Estas matérias dos Itinerários Formativos são ofertadas uma ou duas vezes na semana, o que é mais do que matérias da BNCC, como sociologia, história e geografia, que em alguns anos do ensino médio não são sequer lecionadas.

Paralelamente às matérias ofertadas, o Fórum Econômico Mundial de 2018 divulgou as dez habilidades desse ano, e é aqui que entra, principalmente, o neoliberalismo contemporâneo neste novo sistema de ensino. As matérias ofertadas nos Itinerários Formativos do Currículo Paulista são pensadas a partir das competências apresentadas pelo Fórum Econômico Mundial e do Banco Mundial.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2018, leitura, escrita e matemática são habilidades fundamentais (p. 9), mas “como trabalhadores ou como membros da sociedade, as pessoas também precisam de habilidades cognitivas

de ordem superior, como a resolução de problemas. Além disso, precisam de habilidades socioemocionais [...]. Finalmente, eles precisam de habilidades técnicas para realizar um trabalho específico" (Banco Mundial, 2018, p. 9, tradução nossa).

E estas são as habilidades colocadas pelo Fórum Mundial para a partir de 2018:

1. Pensamento analítico e inovação;
2. Aprendizado ativo e estratégias de aprendizado;
3. Resolução de problemas complexos;
4. Pensamento crítico e análise;
5. Criatividade, originalidade e iniciativa;
6. Liderança e influência social;
7. Uso de tecnologia, monitoramento e controle;
8. Design de tecnologia e programação;
9. Resiliência, tolerância ao estresse e flexibilidade;
10. Raciocínio, resolução de problemas e ideação.

Não é coincidência que todas estas habilidades sejam, também, mencionadas no Currículo Paulista ao falar sobre os Itinerários Formativos. Seguem algumas menções:

"[...] o estudante precisa aprender a utilizar conhecimentos, habilidades e recursos de forma criativa para propor, inventar e inovar" (Currículo Paulista, 2020, p. 201)

"[...] utilizando os conhecimentos e habilidades em processos de criação e produção voltados à expressão criativa e/ou à construção de soluções inovadoras para problemas identificados na sociedade e no mundo do trabalho" (Currículo Paulista, 2020, p. 201).

"As competências socioemocionais que trazem orientações de como lidar com os outros, consigo mesmo e com os desafios [...]" (Currículo Paulista, 2020, p. 202).

"O estudante deve ser estimulado a criar empreendimentos pessoais e produtivos para se fortalecer em sua atuação como protagonistas da sua própria trajetória." (Currículo Paulista, 2020, p. 202).

"[...] busca desenvolver no estudante autonomia, foco e determinação, a fim de que consiga planejar e conquistar objetivos pessoais ou criar empreendimentos [...]" (Currículo Paulista, 2020, p. 202).

> Na área de Matemática e suas Tecnologias, assim como nas demais, os itinerários devem propor o aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação dos diferentes conceitos e procedimentos matemáticos, aliados aos contextos sociais e do trabalho, e alinhados ao projeto de vida do estudante, estruturados na metodologia de resolução de situações-problema e também nas

> análises funcionais lineares e não lineares, na análise de dados estatísticos e probabilísticos, na geometria, tecnologia, robótica, automação e inteligência artificial, dentre outros, considerando o contexto local e principalmente as possibilidades de oferta nos diferentes sistemas de ensino do Estado de São Paulo. (Currículo Paulista, 2020, p. 209)

Assim como estabelecido pelo Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2018, português e matemática ainda são matérias obrigatórias no Novo Ensino Médio e ainda mantêm as cinco aulas semanais. Por outro lado, também vemos que, mesmo nas áreas obrigatórias, o mercado de trabalho é imperativo na organização curricular. Isto é, as competências estabelecidas para o mercado de trabalho se tornam mais importantes do que o conhecimento sistematizado.

2.2 O trabalho do professor

De acordo com Marx, o trabalho tem uma "vontade conduzida a um fim, manifesta em todas as etapas do processo" (apud Carmo e Alves, 2013, p. 138), o que nos leva a pensar, portanto, que o fim do trabalho do professor no Novo Ensino Médio é docilizar os estudantes para o mercado de trabalho, estudantes obedientes e que concordam com a lógica capitalista empregada no setor privado, de forma a se confirmarem com a opressão e injustiças vividas.

Além disso, o professor também se torna um disseminador do discurso de capital humano, em que é possível alcançar ascensão social por meio da educação independentemente do seu contexto social, colocando o indivíduo como único responsável pelo seu sucesso.

Fica claro como o trabalho do professor vem sendo transformado, saindo de um profissional responsável pela mediação de conhecimento, responsável por transmitir conteúdos que serão necessários ao aluno para se constituir enquanto cidadão, pessoa humanizada, e passando a ser um profissional à serviço, indireto, do setor privado. Na verdade, o professor não cumpre mais nem sua função anterior, de transmissor de conteúdos para ingresso no ensino superior.

Neste novo contexto, o professor é um capacitador de profissionais, coaches ou managers (Zamora, 2018, tradução nossa) que incentivam conteúdos sobre "processos de aprendizagem autodirigidos" (Zamora, 2018, p. 35, tradução nossa) assimilados a programas pedagógicos de autoaprendizagem, capacidade de auto-organização, autonomia e responsabilidade para saberem se manter em "novos contextos de trabalho" (Zamora, 2018, p. 36, tradução nossa) definidos pelo neoliberalismo que se define sob novas tecnologias.

O professor é engolido por competências sem fim com as inúmeras possibilidades de Itinerários Formativos e se veem em uma posição de se especializarem em áreas que não se relacionam com aquela de sua atuação. Esta constante especialização em recicladas (mas chamadas de novas) competências é característico do neoliberalismo. É interessante pensar na deturpação do trabalho do professor a ponto de não serem mais necessários professores para lecionar, sendo suficiente o “conhecimento notório”. Isso mostra claramente um começo do fim do trabalho do professor e o início de uma profissão de treinadores de profissionais.

O novo currículo do ensino médio no estado de São Paulo joga para o professor a responsabilidade de formar novos profissionais. O ensino propedêutico é posto de lado em detrimento do ensino profissionalizante, inclusive completamente refém das competências reformuladas, recicladas e atualizadas pelo Fórum Econômico Mundial a cada ano. Fórum este que, em 2025, defendeu o trabalho conjunto do setor privado, público e educação para a formação de novos profissionais. A presença do neoliberalismo nas escolas é um fenômeno mundial, tal qual a corrupção do trabalho do professor.

O professor, agora, é responsável por formar o profissional perfeito para o mercado de trabalho: capaz de trabalhar com tecnologia, com espírito empreendedor, com ímpeto de iniciar um novo e inédito projeto na empresa, capaz de adaptar-se a toda e qualquer adversidade, mas, principalmente, um profissional que fala e age da forma como é esperado, um profissional docilizado.

3. Conclusão

A análise da trajetória do fascismo no Brasil, desde as articulações empresariais na Constituinte de 1987 até a consolidação do bolsonarismo, revela que o autoritarismo não é um hiato na democracia brasileira, mas uma força persistente que se reorganiza em momentos de crise. Ao confrontar essa realidade com os pilares de Jason Stanley, fica evidente que o anti-intelectualismo desempenha um papel estratégico: para que um projeto de poder baseado em mitos e hierarquias aconteça, é necessário, primeiro, esvaziar os espaços de pensamento crítico.

Nesse sentido, o Novo Ensino Médio e o Currículo Paulista não podem ser lidos apenas como reformas administrativas ou pedagógicas. Eles representam a materialização de uma agenda que une o obscurantismo político ao pragmatismo neoliberal. Ao reduzir a carga horária de disciplinas fundamentais das Ciências Humanas e da Natureza para dar lugar a itinerários focados em competências socioemocionais e empreendedorismo, o Estado não está "modernizando" a

educação, mas sim promovendo um sucateamento da educação e formando sujeitos docilizados.

O trabalho docente, por sua vez, sofre um processo de alienação. O professor, antes mediador de saberes complexos, é empurrado para a função de gestor de soft skills, um treinador de habilidades que mudam a cada ano, que atendem apenas aos interesses do capital e de fóruns econômicos internacionais.

Portanto, concluir que o Brasil vive sob um regime fascista emergente exige que a resistência ocorra, primordialmente, no campo da educação. A luta contra o Novo Ensino Médio é, inerentemente, uma luta contra o fascismo. Garantir aos jovens o direito à história, à filosofia e ao pensamento científico é a única forma de dissipar a sombra do obscurantismo e de impedir que o futuro do país seja moldado por discursos de ódio e pela lógica da exploração desenfreada. A educação decolonial e crítica apresenta-se, assim, não como uma opção acadêmica, mas como uma urgência democrática.

4. Referências

BANCO MUNDIAL. World Development Report 2018. Learning to realize education's promise. Oxford University Press. DOI: 10.1596/978-1-4648-1097-8

CÁSSIO, F.; GOULART, D. Itinerários formativos e 'liberdade de escolha': Novo Ensino Médio em São Paulo. Retratos da Escola, vol. 16, n. 35, 15 set 2022, p. 509–534. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1516/1119.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Traduzido por Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Currículo Paulista: Ensino Médio / [organização] Secretaria da Educação, Coordenadoria Pedagógica. São Paulo: SEDUC, 2020.

SAVIANI, Demerval. Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas: Autores Associados, 2013.

SEDUC. Resolução – Nº 84, de 31 de outubro de 2024. Estabelece as diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas. Disponível em: https://www2.unesp.br/Modulos/Noticias/37969/legislacao01112024122704resolucao-seduc-n-84.pdf.

STANLEY, J. Como funciona o fascismo: a política do "nós" e eles. Porto Alegre: L&PM Editores, 2020.

ZAMORA, J. A. El valor de educar. Una aproximación a la relación entre educación y ciudadanía. In: MÍNGUEZ, R.; ROMERO, E. (org.). La educación ciudadana en un mundo en transformación: miradas y propuestas. Barcelona: Octaedro, 2018. p. 17-49.